



DE PEREIRA PASSOS AO PROJETO PORTO MARAVILHA: COLONIALIDADE DO SABER E TRANSFORMAÇÕES URBANAS DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Nelson Diniz

Mestrando em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
nelsondiniz@hotmail.com

De Pereira Passos ao Projeto Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro (Resumo)

A colonialidade do saber, constitutiva das formações sociais latino-americanas, se manifesta em múltiplas dimensões do pensamento e da prática social. Nesse artigo, essa perspectiva é utilizada para compreender as formas como se produzem representações e intervenções sobre o processo de urbanização, tomando como exemplo a comparação entre dois momentos históricos distintos da região portuária do Rio de Janeiro. O primeiro diz respeito às circunstâncias da execução do Plano de Embelezamento e Saneamento, iniciado em 1903. O segundo se refere à emergência do projeto de revitalização denominado Porto Maravilha, no final da primeira década do século XXI.

Palavras-chave: Teorias pós-coloniais, colonialidade do saber, Região Portuária do Rio de Janeiro.

From Pereira Passos to Porto Maravilha: coloniality of knowledge and urban transformations of the waterfront of Rio de Janeiro (Abstract)

The coloniality of knowledge, constitutive of social formations in Latin America, manifests itself in multiple dimensions of thought and social practice. In this paper, this perspective is used to understand the ways in which representations and interventions are produced on the process of urbanization, taking as an example the comparison between two distinct historical moments of the waterfront of Rio de Janeiro. The first relates to the circumstances of the execution of the Beautification and Sanitation Plan, initiated in 1903. The second refers to the emergence of the revitalization project called Porto Maravilha, at the end of the first decade of this century.

Keywords: Postcolonial theories, coloniality of knowledge, waterfront of Rio de Janeiro.

As teorias pós-coloniais expressam uma tentativa que busca superar os obstáculos do pensamento eurocêntrico na interpretação do advento da modernidade e da singularidade das formações sociais latino-americanas¹. Para os autores que sustentam essas concepções, compreender a modernidade exige considerar a colonialidade, pois são duas faces de uma mesma moeda².

Desse ponto de vista, a modernidade não surgiu na Europa e se difundiu, mais tarde, para o restante do mundo. A modernidade emerge no momento em que a expansão europeia avança sobre os demais continentes, fundamentalmente o americano³. O advento do sistema-mundo moderno e da economia-mundo capitalista somente concretizou-se em virtude dos fenômenos do colonialismo. Mesmo após o fim do colonialismo como evento historicamente determinado, a colonialidade permaneceu como elemento constitutivo das relações de poder assimétricas e das formações sociais que compõem o sistema-mundo moderno-colonial⁴.

A colonialidade marcou profundamente a formação das sociedades latino-americanas, na totalidade de suas dimensões. Portanto, se isso é verdadeiro para a economia, a organização espacial e instituições políticas, também o é em relação à constituição dos saberes⁵. Na América Latina, produziram-se saberes coloniais, fundados na colonização do imaginário de suas sociedades. Isso representa o que o pensamento pós-colonial denomina colonialidade do saber.

A colonialidade do saber, constitutiva das formações sociais latino-americanas, se manifesta em múltiplas dimensões do pensamento e da prática social. Nesse artigo, essa perspectiva é utilizada para compreender as formas como se produzem representações e intervenções sobre o processo de urbanização, tomando como exemplo a comparação entre dois momentos históricos distintos da Região Portuária do Rio de Janeiro. O primeiro diz respeito às circunstâncias da execução do Plano de Embelezamento e Saneamento, iniciado em 1903. O segundo, se refere à emergência de do projeto de revitalização denominado Porto Maravilha, no final da primeira década do século XXI.

Portanto, ao recorrer às contribuições do pensamento pós-colonial, o objetivo deste trabalho é investigar como se tem elaborado representações, formas de pensar, planejar e produzir as cidades latino-americanas que expressam a colonialidade do saber.

O processo de globalização e o sistema-mundo moderno-colonial: a colonialidade como elemento constitutivo das formações sociais latino-americanas

Os discursos sobre a globalização afirmam a crescente interdependência de todos os lugares do mundo. Inovações nos campos da telemática, da microeletrônica, das tecnologias de comunicação e transporte são destacadas como o suporte material desse novo período histórico. Não obstante, seu entendimento não pode se limitar à avaliação de mudanças nas condições técnicas.

O advento da globalização neoliberal foi um fenômeno associado à crise da acumulação capitalista iniciada no final dos anos 1960. Naquele momento, o excesso constante de capacidade e produção fabril e o acirramento da competição intercapitalista provocaram uma crise de produtividade do capital e queda das taxas de lucro, principalmente no chamado mundo capitalista avançado⁶. O esgotamento do padrão taylorista-fordista de acumulação, a

hipertrofia da esfera financeira, a concentração e centralização de capitais, a crise fiscal do Estado, as privatizações, desregulamentações e a flexibilização dos processos produtivos são traços desse contexto crítico⁷. Mas essa crise não foi apenas econômica, mas igualmente uma crise de dominação. Para Holloway:

A crise capitalista não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Aparece como uma crise econômica, que se expressa na queda da taxa de lucro. Seu núcleo, entretanto, é marcado pelo fracasso de um padrão de dominação estabelecido (...) Para o capital, a crise somente pode encontrar sua resolução através da luta, mediante o estabelecimento da autoridade e através de uma difícil busca de novos padrões de dominação⁸.

Desse modo, também é possível compreender a emergência da globalização neoliberal como consequência dos conflitos sociais que se desencadearam no mundo entre 1956 e 1968-69⁹. Da revolução húngara de 1956 aos protestos estudantis de 1968 e a Primavera de Praga – entremeados por lutas de libertação nacional, contra o machismo e o racismo, críticas ao produtivismo, ao consumismo e à própria noção de desenvolvimento –, o que esteve em jogo foi o questionamento do modelo civilizatório que regia e regulava as relações de poder no mundo. De acordo com Porto-Gonçalves, “como resposta política, veremos uma profunda revolução tecnológica como parte de uma contra-estratégia visando a reprodução das assimétricas relações sociais e de poder”¹⁰.

A globalização neoliberal, portanto, deve ser entendida como conjunto de transformações que se impuseram em momento determinado do desenvolvimento crítico da acumulação capitalista. Entretanto, não se pode reduzi-la a sua dimensão econômica. A reestruturação do capitalismo revela-se, do mesmo modo, como reorganização de seu sistema ideológico, técnico-científico e político de dominação. Trata-se de um desafio ao padrão de poder e ao modelo civilizatório que acompanham e sustentam a reprodução ampliada de capital. Para Lander:

(...) o neoliberalismo é debatido e combatido como uma teoria econômica, quando na realidade deve ser compreendido como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório, isto é, como extraordinária síntese dos pressupostos e dos valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à boa vida¹¹.

Considerar o neoliberalismo a síntese dos valores e pressupostos do modelo civilizatório identificado com a sociedade liberal moderna conduz a uma reflexão sobre a globalização no quadro de suas conexões históricas e geográficas mais remotas. Desse ponto de vista, a globalização neoliberal pode ser avaliada como uma etapa ou período inscrito no processo mais amplo de conformação do mundo moderno.

A conquista da América foi o ponto de partida para a constituição do mundo moderno. Em verdade, a própria noção “mundo moderno” deve ser problematizada, na medida em que manifesta um duplo limite. Por um lado, “na expressão mundo moderno a palavra forte acaba sendo moderno e não a ideia de um sistema-mundo que lhe está associada”¹². Por outro, essa denominação é o fundamento da narrativa sobre a afirmação da modernidade que negligencia o estatuto colonial como um de seus elementos constitutivos.

Em resposta aos limites da expressão “mundo moderno”, autores afeiçãoados às teorias pós-coloniais preferem a denominação sistema-mundo moderno-colonial. Essa concepção foi apresentada de maneira mais acabada, pela primeira vez, por Immanuel Wallerstein e Aníbal

Quijano. Em seu artigo pioneiro de 1992, *Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system*, os autores afirmam que:

The modern world-system was born in the long sixteenth century. The Americas as a geosocial construct were born in the long sixteenth century. The creation of this geosocial entity, the Americas, was the constitutive act of the modern world-system. The Americas were not incorporated into an already existing capitalist world-economy. There could not have been a capitalist world-economy without the Americas^{13 14}.

O que se convencionou denominar globalização é o resultado da expansão e consolidação desse padrão de relações assimétricas de poder que se afirma ao menos desde 1492¹⁵. Para Quijano trata-se da “culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial”^{16 17}.

O conceito de sistema-mundo moderno-colonial, que completa e amplia a ideia de sistema-mundo elaborada por Wallerstein¹⁸, sugere que a colonialidade é uma dimensão constitutiva da modernidade. A economia-mundo capitalista e o padrão mundial de poder que lhe corresponde, isto é, o sistema-mundo moderno-colonial, dependem do estatuto colonial das relações assimétricas de poder que os regem.

O colonialismo, como fenômeno geográfica e historicamente determinado, foi a primeira expressão da conformação desse sistema-mundo que é, concomitantemente, moderno e colonial. O desenvolvimento econômico da Europa, dos séculos XV e XVI em diante, esteve fundamentado nas relações assimétricas de poder e de comércio estabelecidas com os novos domínios da América e demais continentes. A exploração dos recursos naturais do continente americano, associada ao trabalho escravo para fins de produção mercantil, justificado pela emergência da ideia de raça, está na base da construção da modernidade europeia.

A colonialidade é um traço característico do padrão de poder e do modelo civilizatório que acompanham a reprodução ampliada das relações sociais capitalistas; perpassa relações de poder em todos os lugares do sistema-mundo, mas deixou uma marca profunda na formação de países que foram submetidos a processos de colonização, destacando-se, aqui, o caso dos latino-americanos.

É necessário sublinhar que as independências nacionais latino-americanas puseram fim ao colonialismo, mas não à colonialidade como elemento constitutivo dessas formações sociais. Desse modo, é possível deduzir que, mesmo que se interpenetrem, há uma diferença fundamental entre os conceitos de colonialismo e colonialidade. De acordo com Quijano:

Colonialidad es un concepto diferente de, aunque vinculado a, Colonialismo. Este último se refiere estrictamente a una estructura de dominación/explotación donde el control de la autoridad política, de los recursos de producción y del trabajo de una población determinada lo detenta otra de diferente identidad y cuyas sedes centrales están además en otra jurisdicción territorial (...) La colonialidad es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal¹⁹.

Portanto, o padrão de relações assimétricas de poder identificado com os pressupostos e valores básicos da sociedade liberal moderna²⁰, com a constituição do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado²¹ ou com a emergência do processo de globalização²² está

fundamentado em classificações intersubjetivas hierárquicas organizadas em termos “antropológicos” de racialidade, nacionalidade, etnia, etc. Assim, relações de poder de todo tipo, características do sistema-mundo moderno, estão constitutivamente marcadas pela colonialidade, manifestada em todos os âmbitos da existência social.

Como no quadro do sistema-mundo moderno-colonial a colonialidade opera igualmente em âmbitos materiais e subjetivos, também se produziu uma classificação hierárquica de saberes. Em geral, os saberes das “raças”, “etnias” e “nacionalidades” subordinados são colocados num patamar de inferioridade ou “atraso” em relação aos saberes dos dominadores.

Historicamente a conquista e colonização da América foram acompanhadas por uma violência epistêmica que destruiu ou subordinou os conhecimentos dos povos originários, e fez emergir, ao mesmo tempo, o eurocentrismo como a manifestação da superioridade dos conhecimentos e saberes produzidos no continente europeu. Trata-se de um etnocentrismo²³ que se deslocou junto com a hegemonia do sistema-mundo ao longo do tempo, o que faz com que, hoje, os conhecimentos produzidos no mundo anglo-saxônico estejam no topo dessa organização hierárquica de saberes.

A colonialidade do saber acompanhou a constituição do discurso científico moderno. Assim, as pretensões de neutralidade, universalidade e objetividade da ciência moderna e a naturalização e legitimação das relações sociais que seu discurso opera são marcas dessa construção colonial. Essas características do pensamento científico moderno e o modo como se articulam com as relações coloniais de poder contribuem para explicar sua eficácia neutralizadora²⁴. Eficácia que sustenta a colonização do imaginário dos dominados e é fundamental para a estabilidade desse padrão assimétrico de relações de poder.

Na história da ciência moderna, existem múltiplos casos que demonstram como a colonialidade do saber se tornou uma dimensão fundamental da formação do pensamento e do discurso científicos. A elaboração e difusão de saberes sobre a cidade e o planejamento urbano se inscrevem no conjunto desses exemplos. Os dois momentos destacados nesse artigo, o princípio do século XX, com a modernização do Porto do Rio de Janeiro no âmbito da reforma Pereira Passos, e o princípio do século XXI, com o “sonho tornado realidade” da “revitalização” da Região Portuária do Rio de Janeiro, são exemplos da constituição colonial dos saberes sobre a cidade.

Apesar das inflexões na organização do sistema-mundo moderno, do início do século XX ao início do século XXI, a colonialidade ainda manifesta-se em diversas dimensões da existência das sociedades. Isso também é verdadeiro para o imaginário e as ações sobre as cidades. É isso que se quer demonstrar com a comparação entre esses dois momentos da “modernização” da Região Portuária do Rio de Janeiro. No entanto, antes de tudo, é preciso considerar o desenvolvimento das relações de interdependência características do sistema-mundo moderno-colonial e seus rebatimentos nos processos de urbanização latino-americanos.

Interdependência e urbanização na América Latina

A existência de relações de interdependência entre as formações sociais que compõem o sistema-mundo moderno-colonial não é exclusividade ou qualidade distintiva da globalização neoliberal. Embora as transformações características desse período tenham tornado mais complexas essas relações, elas sempre existiram, pois são constituintes desse sistema.

Como foi destacado, o sistema-mundo moderno-colonial, resultado do processo de “globalização” iniciado com a conquista da América, está organizado em torno de um conjunto de relações assimétricas e hierárquicas de poder. Por sua vez, essas relações configuram um padrão de dominação-subordinação entre formações sociais. Comumente, esse padrão foi descrito em termos de países dominantes e dominados, imperialistas e (semi)coloniais, centrais e (semi)periféricos, hegemônicos, dependentes, etc. Não se encontra entre os objetivos desse artigo a pretensão de resolver a querela sobre qual desses pares antagônicos expressa melhor o fenômeno da interdependência. Não obstante, as denominações “dependente” e “dependência” serão utilizadas para identificar a situação das sociedades latino-americanas em geral, e do Brasil em particular, nesse sistema de interdependência.

Para a compreensão dos processos de mudança das sociedades nacionais latino-americanas é necessário considerar as transformações características da história dessas formações sociais do ponto de vista da questão da dependência. As relações de dependência, ao lado das singularidades derivadas das matrizes histórico-sociais, configuram um complexo quadro de reflexão para o entendimento da situação dessas sociedades. De acordo com Quijano:

As sociedades nacionais latino-americanas (...) pertencem, individualmente e em conjunto, ao sistema de relações de interdependência formado pelos países capitalistas e ocupam, dentro dele, uma situação de dependência. Do ponto de vista das nossas sociedades, trata-se antes de mais nada de um sistema de relações de dependência. (...) Esse sistema de relações de dependência, em interação com as singularidades de cada uma de nossas sociedades nacionais, constitui um dos núcleos de fatores determinantes das tendências básicas da sua existência e mudança²⁵.

A dependência, ainda segundo Quijano, não deve ser compreendida como um conjunto de obstáculos externos impostos ao desenvolvimento de países débeis por países poderosos, ou como ações unilaterais desses sobre aqueles. Em verdade, trata-se de um sistema de relações de interdependência, no qual um setor é dominante sobre os demais²⁶. Sendo assim, as relações de dependência pressupõem uma correspondência de interesses entre os setores dominantes da sociedade dependente e do centro “metropolitano”. Mais que isso, “os interesses dominantes dentro das sociedades dependentes correspondem aos interesses do sistema total das relações de dependência e do sistema de produção e de mercado em seu conjunto”²⁷.

A situação de dependência é constitutiva das sociedades da América Latina. Isso significa mais do que a permanente subordinação econômica aos centros metropolitanos. Há uma dependência histórica que atravessa todas as ordens institucionais²⁸, isto é, dimensões das sociedades latino-americanas – econômica, social, cultural, política, espacial etc.

Indubitavelmente, o conceito de ordens institucionais e a descrição dessas ordens são problemáticos, principalmente por suas limitações no quadro do estruturalismo. No entanto, foram aqui mantidos por sua função como suporte teórico e metodológico da descrição da dependência feita por Quijano. A ideia de uma “dependência histórica” que perpassa todas as ordens institucionais da sociedade, apresentada pelo autor em 1978, parece estar no caminho do desenvolvimento posterior da ideia da manifestação da colonialidade como padrão de poder que opera em todas as dimensões, materiais e subjetivas, da existência social. Assim, no que diz respeito à urbanização, Quijano afirma que:

(...) é um processo dependente. Isto é, que as suas tendências e características mais salientes estão regidas pelas do processo das relações de dependência de nossas sociedades. Convém insistir, todavia, que não se trata de uma mera vinculação mecânica e unidirecional, uma vez que as singularidades e especificidades da matriz histórico-social de cada uma das nossas sociedades atuam permanentemente como um sistema de intermediação (...) e das modificações produzidas pela urbanização derivam-se também efeitos de mudança nas próprias relações de dependência²⁹.

Os processos de urbanização e mudança social no Brasil, por exemplo, em qualquer momento de sua história, devem ser compreendidos considerando o caráter subordinado de suas relações com os interesses metropolitanos e de sua estrutura de poder interno. Isto é, às mudanças nas relações de dependência correspondem transformações “nas tendências fundamentais que a estrutura interna de poder adota”³⁰. Portanto, pela própria organização do sistema-mundo moderno-colonial e de suas relações assimétricas de poder e de interdependência, a colonialidade pode ser demonstrada como fator determinante dos processos de modernização e urbanização da Região Portuária do Rio de Janeiro, tanto no início do século XX, quanto do XXI.

As intervenções e os projetos urbanos para a região portuária do Rio de Janeiro relacionados à formação da Comissão de Melhoramentos e à execução do Plano de Embelezamento e Saneamento, no final do século XIX e início do XX, inscrevem-se no contexto das transformações associadas à dissolução das relações de escravidão, da modernização da economia brasileira e do estabelecimento do regime republicano. Do ponto de vista técnico e da ordenação territorial, o Porto do Rio de Janeiro e sua região passaram por mudanças que correspondessem à articulação entre as ferrovias e a navegação a vapor³¹. Essas mudanças expressaram um novo posicionamento do Brasil na rede de relações de interdependência que constituem o sistema-mundo moderno-colonial.

As políticas de embelezamento e melhoramentos da região portuária, assim como do conjunto da cidade, foram pensadas tendo como referência os projetos da Paris de Haussmann. Pereira Passos, integrante da Comissão de Melhoramentos e, em seguida, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, conheceu e estudou profundamente o modelo de Paris³². Os ideais de progresso e modernização deslocados e assimilados da realidade europeia foram os suportes ideológicos dessas iniciativas. Pretendeu-se romper com o passado colonial da cidade, mas, ao mesmo tempo, perpetuou-se a colonialidade.

Um século depois, o contexto do projeto Porto Maravilha é o da preparação da cidade do Rio de Janeiro para a celebração de grandes eventos esportivos, principalmente a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016. Sob condições de globalização neoliberal, em que governos locais são levados a assumir iniciativas “inovadoras” e “empreendedoras” para atrair o fluxo de capitais e negócios, se afirma o discurso e a prática da “revitalização”. A gestão e o planejamento da cidade busca reproduzir técnicas do planejamento empresarial³³ e a noção de parceria público-privada torna-se constitutiva das formas hegemônicas de concepção das políticas urbanas³⁴.

Grandes projetos de revitalização, reestruturação ou requalificação de espaços urbanos em obsolescência, destacam-se entre as principais formas assumidas por políticas urbanas competitivas. No caso do Rio de Janeiro, na passagem do eurocentrismo a um “globocentrismo”³⁵, projetos de reestruturação de regiões portuárias como os de Inner Harbor, em Baltimore; Port Vell, em Barcelona; Victoria e Alfred Waterfront, em Cidade do Cabo; Porto Madero, em Buenos Aires; Kop van Zuid, em Roterdã e West Kowloon Reclamation,

em Hong Kong, entre outros, são apresentados como exemplos de sucesso na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social³⁶.

Portanto, a partir de uma comparação entre os dois momentos históricos destacados, é possível identificar como os processos de urbanização, os saberes e o imaginário sobre eles estão marcados pela dimensão da colonialidade, fundamentalmente pela colonialidade do saber.

Indícios da colonialidade do saber nas reformas de Pereira Passos e no projeto Porto Maravilha

Ao longo da história, a porção da cidade do Rio de Janeiro que hoje é comumente denominada região ou zona portuária desempenhou papel destacado no crescimento e desenvolvimento do espaço urbano. Em sua paisagem podem-se discernir múltiplas rugosidades³⁷ que são o testemunho das transformações sucessivas de suas formas e funções. Um episódio recente ilustra a importância dessa região e as marcas da formação da colonialidade do saber como dimensão constitutiva da sociedade brasileira.

No início do mês de março de 2011, em meio à realização das obras de drenagem do projeto Porto Maravilha na Avenida Barão de Tefé, uma das principais da região, foram encontrados pavimentos dos cais do Valongo e da Imperatriz. Datado do final do século XVIII, o cais do Valongo foi edificado para o desembarque de escravos. Estima-se que, de 1790 a 1831, quando progressivamente aumentaram as restrições ao tráfico internacional de escravos, cerca de setecentos mil tenham sido trazidos ao Rio de Janeiro, e a maioria deles desembarcou no cais do Valongo³⁸.

Por sua vez, o cais da Imperatriz, de 1840, foi construído sobre o cais do Valongo, no âmbito da reforma realizada com o intuito de receber Tereza Cristina, que se tornaria imperatriz, após casar-se com Dom Pedro II. Na ocasião, o idealizador do projeto foi o arquiteto francês Grandjean de Montigny, exilado no Rio de Janeiro em virtude da queda de Napoleão. Posteriormente, em 1910, o cais da Imperatriz foi aterrado no quadro das intervenções urbanas desencadeadas pelas reformas de Pereira Passos.

Pois bem, o cais do Valongo foi uma materialidade produzida em função do posicionamento do Brasil na rede de relações de poder assimétricas características do sistema-mundo moderno-colonial. Sua economia baseada no trabalho escravo e na exportação de produtos monocultivados e primários em geral, correspondeu a um momento determinado da divisão internacional do trabalho, sobre a qual se funda a economia-mundo capitalista.

O cais do Valongo é um exemplo de como a produção do espaço urbano brasileiro, e latino-americano em geral, acompanha o desenvolvimento das relações de dependência. A transformação dessas relações e o estado da matriz histórico-social no período do Império, explicam porque o regime de Dom Pedro II pretendeu apagar da história e do espaço parte do passado escravocrata, ao edificar o cais da Imperatriz. E o fez, emblematicamente, a partir do projeto de um arquiteto francês que buscou reproduzir as feições das cidades europeias. Por seu turno, as reformas de Pereira Passos destruíram parte das marcas coloniais e imperiais pretéritas. Uma vez mais, a partir de referências e saberes eurocêntricos. Paris era o modelo a ser reproduzido.

No início do século XX, as mudanças urbanas da cidade do Rio de Janeiro estavam associadas ao processo mais amplo de transformações da formação social brasileira. Inscreveram-se na modernização econômica e social que marcou a passagem do Império ao regime republicano. De acordo com Leitão Junior e Anselmo, “tinham como princípio atender as funções políticas do Rio enquanto sede do Estado brasileiro, consolidando-o economicamente como periferia agroexportadora na divisão internacional do trabalho”³⁹.

Naquele momento, a cidade já desempenhava um papel fundamental na hierarquia urbana, pois, além de sua posição de centralidade política e administrativa, era o maior centro comercial, populacional e o nó principal das redes ferroviária e de navegação de cabotagem. Mesmo tendo perdido sua preponderância nos fluxos de exportação para o porto de Santos, com o deslocamento dos cafezais do Vale do Paraíba para o Oeste paulista, o porto do Rio de Janeiro recebia a maior parte do comércio de importação.

Além das intervenções de embelezamento e saneamento, as reformas de Pereira Passos possuíam entre seus principais objetivos a reordenação da lógica de mobilidade da cidade, principalmente no que se refere às conexões entre sua área central e o porto. A abertura da Avenida Central, em 1905, foi um exemplo. Por sua vez, a própria estrutura de movimentação portuária foi modernizada. A construção do dique da Gamboa e o aterro de 170 hectares da Baía de Guanabara foram responsáveis pela “correção” da sinuosidade dessa parte do litoral da cidade.

A violência com que as reformas de Pereira Passos foram realizadas é um de seus traços mais característicos. Seu sucesso foi alcançado porque estiveram sustentadas por medidas autoritárias e de exceção. Durante os seis primeiros meses de seu mandato como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Passos governou a cidade com a Câmara Municipal fechada. A construção da Avenida Central e a maioria das intervenções urbanas foram realizadas às custas do desalojamento e remoção de milhares de pessoas que viviam no centro da cidade. No entanto, a compreensão dessas transformações urbanas não pode se limitar às suas manifestações materiais. Ainda segundo Leitão Junior e Anselmo :

[foi] necessário realizar uma “metamorfose” que atingisse as essências físicas e morais da urbe para edificar uma imagem que inspirasse a credibilidade dos investidores e imigrantes europeus. A ordem do momento era, então, acompanhar o progresso, colocando o Brasil sob o status de país civilizado⁴⁰.

Essas metamorfoses expressaram não somente a colonialidade do poder, mas, igualmente, a colonialidade dos saberes envolvidos nessa modificação “física” e “moral”. Em primeiro lugar, pela imposição de uma forma eurocêntrica de pensar a cidade. Desde as circunstâncias da criação da Comissão de Melhoramentos, em 1875, comissão da qual Pereira Passos participou como um de seus membros mais importantes, a cidade europeia era o modelo a ser reproduzido no Rio de Janeiro. Mais precisamente, Paris, entendida como um arquétipo da cidade ocidental moderna. Essa imagem ideal pode ser deduzida da negação do seu contrário – isto é, a cidade oriental – nas palavras do próprio prefeito:

Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas⁴¹.

Por outro lado, a colonialidade manifestou-se pelo estabelecimento de um sistema de classificação que removeu do centro aqueles habitantes cujo modo de ser e pensar a cidade se

identificava com outras matrizes de racionalidade que não a europeia. Trabalhadores pobres em geral, mas principalmente negros, foram deslocados do centro da cidade, pois aquele não seria o lugar de suas práticas sociais. Nas linhas críticas do cronista Lima Barreto: “(...) o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. (...) O Rio civiliza-se!”⁴²

Um século após as reformas de Pereira Passos e no contexto da preparação da cidade para a celebração de grandes eventos esportivos, a prefeitura estabeleceu o projeto de revitalização denominado Porto Maravilha. Por intermédio da Lei Municipal 101/2009, foi criada a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Trata-se de uma área de cinco milhões de metros quadrados, que tem como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco, e Francisco Bicalho. Com a justificativa de atrair investimentos para o financiamento das obras, o projeto aumentou o potencial construtivo da região e estabeleceu um conjunto de isenções fiscais. Ao se referir às reformas do porto do Rio de Janeiro na primeira década do século XX, o prefeito Eduardo Paes afirma que:

Naquele momento, não por acaso, o porto do Rio sofria uma imensa obra de aterro, urbanização e modernização que, ao ser concluída em 1910, o transformaria na instalação portuária mais moderna da América Latina e uma das mais modernas do mundo. (...) Mais de cem anos se passaram e hoje, em 2010, o porto do Rio está prestes a se transformar em um novo paradigma para o país, dessa vez integrado ao movimento das cidades mundiais⁴³.

No início do século XXI, as características da formação social brasileira e da cidade do Rio de Janeiro são inevitavelmente distintas daquelas do início do século XX, ocasião das reformas de Pereira Passos. Não obstante, o posicionamento do Brasil no sistema de relações hierárquicas e assimétricas de poder, isto é, as novas relações de dependência a que está submetido, ainda podem oferecer um caminho para a explicação dos processos de urbanização.

No período de globalização neoliberal, o imaginário da modernização foi substituído pelo da inserção competitiva na economia mundializada. O projeto de revitalização da região portuária objetiva reposicionar essa fração da cidade para a atração do fluxo de investimentos e negócios da economia-mundo capitalista. Isso cria uma nova qualidade para as relações dependência, mas não as elimina. No entanto, o que mais se destaca na comparação entre os dois períodos históricos é a manutenção da colonialidade dos saberes que sustentam as transformações da região portuária do Rio de Janeiro.

Contemporaneamente, mais que um eurocentrismo, manifesta-se um globocentrismo dos saberes sobre a cidade. Para Coronil, com a globalização neoliberal, a diferença e subordinação entre saberes “se basa menos en fronteras territoriales que a través de vínculos de identificación y diferenciación con el orden occidental tal como éste aparece difundido a través del globo”^{44 45}. Com o projeto Porto Maravilha busca-se reproduzir as condições materiais e imateriais características das chamadas cidades globais. Referências a projetos de revitalização de regiões portuárias em todas as partes do mundo são tomadas como modelos para as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Andreatta:

Estima-se que, atualmente, existam no mundo quinhentas cidades portuárias com movimento de cargas e que contam com mais de 300 mil habitantes. Mais de trinta delas já passaram ou estão passando por projetos de reconversão de seus waterfronts, o que resulta em uma expressiva amostragem de experiências, com seus erros e acertos, bem como em um elenco de práticas que podem orientar cidades que aspirem mudanças⁴⁶.

Novamente, uma transformação total dos modos de ser dessa fração do Rio de Janeiro obedece a formas preconcebidas em espaços cuja posição no sistema-mundo moderno e na economia-mundo capitalista os classifica como aqueles que devem ser tomados como exemplo para os demais. A diferença reside no fato de que essa assimilação é naturalizada como um efeito necessário da competição entre cidades. Como já foi mencionado, a naturalização de relações sociais é uma das principais propriedades da colonialidade do saber.

Por último, apesar da ambiguidade dos termos utilizados para expressar as transformações urbanas às quais deve ser submetida a região portuária do Rio de Janeiro, destaca-se a designação revitalização. Por si só, a expressão carrega na sua forma e no seu significado a marca da colonialidade do saber. Pois a necessidade da revitalização sugere um espaço que perdeu sua vida. A partir do final dos anos 1960, a região portuária da cidade efetivamente iniciou um processo de declínio econômico. O que não autoriza que se afirme que perdeu sua vida, que agora precisa ser resgatada. Sob a vigência da economia-mundo capitalista, a luminosidade ou opacidade⁴⁷ dos espaços estão largamente determinadas por sua funcionalidade para a acumulação em dado momento. O que não significa dizer que os espaços negligenciados pelo capital sejam espaços sem vida.

Conclusão

Em geral, as visões menos críticas da globalização negligenciam duas características desse processo absolutamente pertinentes para sua compreensão, quais sejam: i) a organização hierárquica das relações de interdependência; e ii) suas conexões históricas e geográficas mais remotas. O sistema-mundo que deu origem aos fenômenos que hoje comumente se identificam com a designação globalização é um padrão de relações de poder assimétricas e hierárquicas que se confunde com a formação da economia-mundo capitalista.

A reprodução desse padrão de poder mundial denominado sistema mundo-moderno-colonial possui implicações para a organização de todas as formações sociais. No entanto, as latino-americanas se encontram entre aquelas em que as características da moderno-colonialidade penetraram mais profundamente em suas constituições. A colonialidade é uma de suas dimensões constitutivas e se manifesta na totalidade da existência social.

Considerando a interpretação das relações de poder no sistema-mundo a partir da concepção da moderno-colonialidade, o principal objetivo do pensamento pós-colonial é produzir uma teoria social que pense a América Latina e o mundo a partir do seu próprio lugar, isto é, a partir das matrizes de racionalidade e dos saberes gerados por sua experiência concreta de subordinação/emancipação. Não se trata de negar o legado do conhecimento europeu em favor de um “terceiro-mundismo”, mas da afirmação de um modo de pensar avesso à reprodução de modelos, característica da colonialidade do saber.

Apesar da transformação das singularidades derivadas da matriz histórico-social brasileira, nos dois momentos históricos destacados a colonialidade manifesta-se em sua dupla dimensão. Em primeiro lugar como colonialidade do poder. Pois tanto na modernização do princípio do século XX, quanto na integração competitiva do século XXI, o que está em jogo é o reposicionamento de uma fração da cidade do Rio de Janeiro na rede de relações de poder hierárquicas que configuram o sistema-mundo. Esse reposicionamento, em ambos os casos, está definido pelos limites das relações de dependência a que está subordinada a formação social brasileira.

Por último, manifesta-se igualmente a colonialidade do saber. Nos dois momentos históricos, os projetos de transformar o Rio de Janeiro em uma Paris dos trópicos ou de revitalizar sua região portuária como fração destacada de uma cidade “global” estão fundamentados em saberes e conhecimentos coloniais sobre a cidade. No passado, saberes e fazeres estritamente eurocêntricos; hoje, “globais”.

Os dois períodos possuem em comum o fato de que, em ambos, as ideias urbanas estão fora do lugar⁴⁸. A colonialidade do saber ainda é uma característica do modo como são pensadas e vividas as cidades latino-americanas.

Notas

¹Porto-gonçalves, 2005.

² Mignolo, 2005.

³ Quijano, 2005.

⁴ Porto-gonçalves, 2006.

⁵ Lander, 2005.

⁶ Brenner, 1999.

⁷ Antunes, 2006.

⁸ apud Antunes, 2006: 31.

⁹ Porto-gonçalves, 2006.

¹⁰ Id, Ibid, p.19.

¹¹ Lander, 2005 p. 21.

¹² Porto-gonçalves, 2006: 24.

¹³ O sistema-mundo moderno nasceu ao longo do século XVI. As Américas como construção geosocial nasceram ao longo do século XVI. A criação dessa entidade geosocial, as Américas, foi o ato constitutivo do sistema-mundo moderno. As Américas não foram incorporadas em uma já existente economia-mundo capitalista. Não haveria economia-mundo capitalista sem as Américas (Quijano e Wallerstein, 1992, tradução nossa).

¹⁴ Quijano e Wallerstein, 1992, p. 23.

¹⁵ O que hoje chamamos de “globalização” tem existido, com esta ou aquela roupagem, há muitíssimo tempo – pelo menos desde 1492, se não antes (Harvey, 2009, p.37).

¹⁶ Em sua exposição da “construção do sistema-mundo moderno-colonial numa perspectiva ambiental”, Porto-Gonçalves (2006) apresenta a seguinte periodização para o processo “mais amplo” de globalização, nos limites do qual se inscreve a globalização neoliberal: “1. O Colonialismo e a Implantação da Moderno-colonialidade (do século XV-XVI ao século XVIII... até hoje); 2. O Capitalismo Fossilista e o Imperialismo (do século XVIII ao início do século XX... até hoje); 3. O Capitalismo de Estado Fossilista Fordista (de 1930 aos anos de 1960-70... até hoje); 4. A Globalização Neoliberal ou Período Técnico-científico-informacional (dos anos de 1960 até hoje) (p. 23).

¹⁷ Quijano, 2005, p. 227.

¹⁸ Wallerstein desenvolveu o conceito de sistema-mundo em *The Modern World-System*, obra em três volumes publicados sucessivamente em 1974, 1980 e 1989.

¹⁹ Quijano, 2012, pp. 342-381.

²⁰ Lander, 2005.

²¹ Quijano, 2005.

²² Porto-gonçalves, 2006.

²³ O etnocentrismo passa exatamente por um julgamento do valor da cultura do “outro” nos termos da cultura do grupo do “eu” (Rocha, 1988, p.12).

²⁴ Lander, 2005.

²⁵ Quijano, 1978, pp. 12-13.

²⁶ Para Porto-Gonçalves (2006): “Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – *sistema-mundo*, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – *moderno-colonial*.” (p. 25).

²⁷ Id, Ibid: 14.

²⁸ Id, Ibid.

²⁹ Id, Ibid, p. 20.

³⁰ Id, Ibid, 15.

-
- ³¹ Lamarão, 1991.
- ³² Benchimol, 1990.
- ³³ Vainer, 1999.
- ³⁴ Harvey, 1989.
- ³⁵ Coronil, 2005.
- ³⁶ Andreatta, 2011.
- ³⁷ As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transforma em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem (...) restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares (...) Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto outros criam novas formas para se inserir dentro delas (...) quando um novo momento – momento do modo de produção – chega para substituir o que termina, ele encontra no mesmo lugar de sua determinação (espacial) formas preexistentes às quais ele deve adaptar-se para poder determinar-se (Santos, 2004, 173-174).
- ³⁸ As informações e os números estimativos do desembarque de escravos no cais do Valongo foram extraídas de reportagem do sítio eletrônico do Jornal *O Globo*, de 10/03/2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/cariocas-turistas-poderao-ver-de-arquibancadas-como-eram-os-cais-da-imperatriz-do-valongo-descobertos-em-escavacoes-2813539>
- ³⁹ Leitão Junior e Anselmo, 2011, p. 442.
- ⁴⁰ Id, Ibid, p. 440.
- ⁴¹ Passos apud Leitão Junior e Anselmo, 2011: 442.
- ⁴² Barreto apud Leitão Junior e Anselmo, 2011: 448.
- ⁴³ Paes, 2011, p. 5.
- ⁴⁴ “El globocentrismo, como modalidad del occidentalismo, también se refiere a prácticas de representación implicadas en el sometimiento de las poblaciones no occidentales, pero en este caso su sometimiento (igual que el sometimiento de sectores subordinados dentro de Occidente) aparece como un efecto del mercado, en vez de como consecuencia de un proyecto político (occidental) deliberado” (Coronil, 2000, p.105).
- ⁴⁵ Coronil, 2000, p.105.
- ⁴⁶ Andreatta, 2011, p.13.
- ⁴⁷ Santos, 2006.
- ⁴⁸ Vainer, 2011.

Bibliografia

- ANDREATTA, Verena. *Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Biblioteca Caricoca, 1990.
- BRENNER, Richard. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? In: *Outubro*, nº3. São Paulo: Xamã, 1999.
- CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org). *La colonialidad del saber : eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO-UNESCO, 2000.
- HARVEY, David. From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. In: *Geografiska Annaler*, Series B 71(1), pp. 3-18, 1989.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1991.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: Saberes Coloniais e Eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEITÃO JUNIOR, Artur Monteiro e ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza. A reforma urbana do Rio de Janeiro no início do século XX: opções e escolhas a partir do debate Olavo Bilac/Lima Barreto. In: *Geografia/Associação de Geografia Teorética*, volume 36, nº 3. Rio Claro: AGETEO, 2011.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005.

PAES, Eduardo. Apresentação. In: ANDREATTA, Verena. *Porto Maravilha: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da Edição em Português In: In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, Fernando (Org). *A questão urbana na América Latina: textos*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. *Journal of World Systems Research*, VI, 2, Summer/Fall 2000. Disponível em: <http://jwsr.ucr.edu>. Acessado em 01/04/2012.

QUIJANO, Aníbal e WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. In: *International Social Science Journal*, nº 134. Paris: UNESCO, 1992.

ROCHA, Everaldo Guimarães. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006.

VAINER, Carlos. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico*. Encontro Nacional da Anpur, 8. Porto Alegre, 1999.

_____. Prefácio - As ideias urbanas fora do lugar. In: LIMA JUNIOR, Pedro Novais. *Uma estratégia chamada "planejamento estratégico": deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.